

Vereadora alerta sobre casos de suicídio entre minorias no Estado

A vereadora Valeria Aragão (Republicanos) fez um pronunciamento contundente durante a última sessão da Câmara Municipal, trazendo à tona uma questão urgente e preocupante: o aumento dos casos de suicídio entre minorias no Estado. Em seu discurso, ela lamentou profundamente o recente falecimento de Alana Guedes, uma mulher trans, vítima de suicídio. Além disso, destacou o trágico episódio envolvendo Gabriel, um homem trans do município de Lagoa Seca, que também tirou a própria vida.

A vereadora expressou sua consternação diante do cenário atual, caracterizado por discriminações e preconceitos enfrentados por diversas minorias. Em suas palavras, “lamento e vejo como preocupante o aumento de casos como estes”. Ela ressaltou a importância de não alimentar, permitir ou estimular ações discriminatórias contra qualquer estilo de vida, enfatizando que tais atitudes apenas contribuem para o aumento da violência.

Demonstrando solidariedade às famílias enlutadas e reafirmando seu posicionamento contra qualquer forma de discriminação, a vereadora enfatizou seu apoio incondicional às vítimas e suas famílias. “Meu apoio e solidariedade às famílias e sou contra a discriminação seja ela de onde vier”, declarou ela.

O discurso da vereadora ecoou pelo plenário, sensibilizando seus colegas parlamentares e reforçando a necessidade urgente de ações efetivas para combater o preconceito e promover uma sociedade mais inclusiva e justa para todos.

TRIBUNA

Rostand Paraíba (PP) mais uma vez foi à Tribuna cobrar da

gestão do campo de futebol em São José da Mata. Sobre o calçamento que está chegando a Zona Leste, disse que ainda é lento.



Foto: Josenildo Costa

Janduy Ferreira (União Brasil) na Tribuna falou das suas visitas aos bairros. Disse que foram registrados avanços na causa animal. Fez com tristeza o registro dos acontecimentos no Rio Grande do Sul, e disse que é solidário às pessoas e também aos cuidadores, também destacou uma Lei de 2017, que trouxe alegria para os defensores da causa animal. Hoje, Campina Grande tem dois Castramóvel, um da Prefeitura e um do Estado, também falou da Delegacia de Defesa ao Meio Ambiente e dos Animais.



Foto: Josenildo Costa

Olimpio Oliveira (Podemos) falou da audiência pública para falar sobre os direitos dos autistas. E que os temas debatidos, como o descredenciamento das clínicas e profissionais em massa, pelos Planos de Saúde, a demanda vai ser encaminhada ao Ministério Público.

EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO

Napoleão Maracajá (PT) na Tribuna, disse que esperava que os projetos autorizativos fossem votados durante a sessão desta quarta-feira. “Faço pela terceira vez um apelo à SEDUC que libere o fardamento das escolas municipais. As fardas que estão sendo usadas são as de 2021”. Ele também pediu ainda a liberação dos prestadores da Educação durante os 15 dias do recesso junino.

Olimpio Oliveira (Podemos) pediu ao presidente da CASA urgência na homologação do projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal, para definição do rateio dos recursos do Fundef.

EDUCAÇÃO DO ESTADO

Alexandre Pereira (União Brasil) disse que na segunda-feira esteve na 3ª Região de Educação, para protocolar requerimento e saber quais as providências sobre as denúncias de assédio de um professor a alunos da Escola Estadual José Miguel Leão de São José da Mata, feita por pais.

O vereador disse que recebeu informação de que está havendo interferência política de vereadores desta CASA naquela escola, denunciada pelos pais.

“Quais as medidas protetivas? Se estão sendo cumpridas? Se tem algum procedimento administrativo por parte da Escola Estadual?”

De acordo com Alexandre, uma escola que era referência, hoje é um cabide de emprego, e que existe uma denúncia de um casal de professores que surtam e querem bater nas crianças.

Alexandre lamentou que apenas dois blogs publicaram a nossa denúncia, e agradeceu a Arimatéia Souza. Disse que o silêncio é total e que o professor denunciado, recebeu como prêmio, a nomeação de gestor da Escola e que os servidores que confirmaram a denúncia foram transferidos.

O vereador informou ainda que os pais estão transferindo os filhos para escolas de Pocinhos, o que está aumentando a evasão escolar, e os servidores que confirmaram as denúncias, foram transferidos.

REUNIÃO COM SECRETÁRIOS

Estiveram presentes na Sessão Ordinária da CMCG, a Coordenadora de Gestão da Prefeitura de Campina Grande, Marcia Madalena, o Chefe de Gabinete, Marcos Alfredo e a representação de diversas secretarias, como Félix Neto – Secretário de Planejamento, Gestão e Transparência, Vitor Ribeiro – Superintendente da STTP, Asfora Neto – Secretário de Educação, Renato Gadelha – Secretário de Agricultura, Diogo Lyra – Secretário de Administração e Joab Machado – Secretário

de Obras.

A discussão foi relativa aos Projetos de Lei de nº 159 e 160, que tratam da autorização de abertura de crédito adicional especial e abertura de crédito adicional suplementar, respectivamente, no orçamento da Prefeitura Municipal de Campina Grande. O objetivo da reunião foi compreender as solicitações que constam nos projetos e que citam diversas secretarias e órgãos da administração pública.



Foto: Josenildo Costa

Napoleão Maracajá fez o registro da presença dos servidores da saúde na Casa, que continuam com a pauta da data base para o mês de janeiro (que permanece no mês de maio), além do reajuste e reformulação do Plano de Cargos e Carreiras (PCCR) dos profissionais da saúde, que espera que a votação aconteça amanhã. (PELA ORDEM)

O Superintendente da STTP, Vitor Ribeiro, realizou explicações breves sobre a suplementação para o órgão, que consta no PL

160 e trata de suplementação para pagamento de despesa do exercício anterior e ações administrativas, no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais).

Pimentel Filho disse que desde o início do seu trabalho como vereador, nunca presenciou a solicitação de diversas suplementações em um único projeto. Ele disse que entende algumas necessidades prementes, mas que há outras que são discutíveis. O vereador também falou da necessidade de desvinculação e que cada secretaria envie a própria solicitação, sugerindo esse encaminhamento.

Anderson Almeida falou que o pedido feito pela STTP tem um código que trata de despesas de exercícios anteriores, no entanto, de acordo com o vereador foi emitido o relatório do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, onde diz que não é permitido a realização de pagamento de questões administrativas, contabilizando que são dívidas de despesas anteriores. Ainda de acordo com Anderson Almeida, o relatório diz que é uma manobra realizada em 2021, 2022, 2023 da prefeitura de Campina Grande na tentativa de burlar os números para aquisição do percentual necessário na lei de responsabilidade fiscal.

Marcia Madalena explicou que essa é a primeira vez em que são enviados projetos com solicitações de diversas suplementações, visto que até o exercício de 2023, as suplementações eram realizadas com a autorização do poder legislativo, no Art. 6º, de cada Lei Orçamentária. No entanto, no orçamento de 2024 essa autorização inicial foi suprimida pelo Poder Legislativo. Exemplificando, falou de uma situação hipotética, em que havendo a necessidade de qualquer despesa, mesmo que seja simples, necessita da autorização através de um Projeto de Lei que é enviado para a Casa Legislativa. Marcia Madalena explicou que foram enviados 05 Projetos de Lei, enviados entre março e abril, pois quanto mais separar as demandas, mais projetos serão necessários.

Dando explicações aos questionamentos do vereador Anderson, ela disse que o elemento que está sendo solicitado na STTP é do nº 33, 90 e 92. O 92 trata de despesa do exercício anterior e o 33, por sua vez, é despesa de custeio. O alerta que o vereador menciona do TCE, segundo a coordenadora de gestão, é para a despesa 31, 90 e 93, explicando que a despesa que está sendo solicitada não é despesa de pagamento de pessoal e em todas as solicitações que estão sendo realizadas, não é para despesa de pessoal.

Com os esclarecimentos da gestora, o vereador Anderson Almeida citou a Lei Orçamentária, que trata do planejamento dos recursos para o ano de 2024 e questionou se o orçamento que foi colocado para o ano inteiro já foi encerrado. Como resposta, Marcia Madalena confirmou que sim e o vereador perguntou onde está o planejamento da cidade, visto que a lei foi sancionada agora em abril.

Pimentel Filho disse que diante dos esclarecimentos, parece que a peça orçamentária é fictícia e que o que existia era o 'copia e cola' de um ano para o outro, visto que não há justificativa para um orçamento durar 03 meses. Pimentel disse que foi necessário que o poder legislativo suprimisse a autorização na própria LOA, já que isso não é permitido na lei orgânica do município, para que agora se busque um planejamento. O vereador também citou que no último artigo de cada projeto, diz que fica o poder executivo autorizado a suplementar os referidos créditos de acordo com a lei federal, permitindo que se faça o que já foi suprimido na LOA. Pimentel disse que o pedido é uma ''casca de banana''.

A reunião foi transferida para o salão nobre, aberta à imprensa, com o intuito de ser realizada a audiência pública de autoria de Olimpio Oliveira.

O DIA SEGUINTE

Luciano Breno (Avante) pela liderança, falou da reunião com os secretários a respeito das suplementações necessárias a serem

feitas. Parabenizou a oposição e o papel cumprido nesta CASA.



Foto: Josenildo Costa

Fez um apelo para abrir uma pauta de votação, discutir o que não foi discutido e aprovar o que já foi debatido.

Bruno Faustino (Agir) sobre a reunião de ontem entre os secretários e vereadores disse que o secretário de Educação em entrevista a uma rádio disse que a Oposição era culpada pela não aprovação do projeto de suplementação.

Jô Oliveira (PCdo B) e Olímpio Oliveira (Podemos) lamentaram a postura do secretário.

O presidente Marinaldo Cardoso (Republicanos) ratificou a fala de Luciano Breno, a reunião com os secretários foi muito proveitosa e garantiu votar as suplementações que a cidade precisa.

SAÚDE BUCAL

Fabiana Gomes (União Brasil) – informou que nesta quarta-feira (8) acontece, em várias cidades brasileiras, o “Dia D do Mais Saúde Bucal nas Escolas”, iniciativa promovida pelos Ministérios da Saúde e Educação. O Dia D tem como objetivo promover a conscientização sobre a importância da higiene bucal e oferecer serviços de saúde diretamente nas escolas.



Foto: Josenildo Costa

De acordo com a vereadora Fabiana Gomes, o Dia D de Saúde Bucal nas Escolas, em Campina Grande, a programação está sendo realizada na Sociedade Odontológica, com uma capacitação para todos os profissionais da Saúde Bucal no município.

ORDEM DO DIA

Foi aprovado por unanimidade, o requerimento de urgência especial que considerou a tramitação dos Projetos números 151, 169/2024, na Ordem do Dia da sessão ordinária, em 8 de maio, e o Projeto de Lei número 94/2024, de autoria do Poder Executivo.

O Projeto do Executivo que autoriza abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2024, foi aprovado nas duas votações por maioria, com voto contrário do vereador Márcio Melo (Podemos).

O relator da Comissão de Justiça da CMCJ, Anderson Almeida (PSB), emitiu parecer favorável à votação, por não ter nenhum vício.



Foto: Josenildo Costa

Os projetos de Napoleão Maracajá (PT) que autoriza o Poder Executivo à criação do Adicional de Risco de Vida aos servidores ocupantes dos cargos efetivos de vigilante.

E o projeto que altera dispositivo da Lei Municipal nº 063, de 29 de dezembro de 2011, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração para os profissionais da área da saúde lotados na Secretaria Municipal de Saúde.

Os projetos foram aprovados em primeira e segunda votações por

unanimidade, após um ajuste acordado entre as bancadas e pareceres verbais de Anderson Almeida (PSB), secretário da CCJR – Comissão de Constituição, Justiça e Redação.



Foto: Josenildo Costa

A 37ª sessão ordinária da 4ª sessão legislativa da Câmara Municipal de Campina Grande, realizada nesta quarta-feira (8), foi presidida por Alexandre Pereira (União Brasil) e Marinaldo Cardoso (Republicanos), secretariada por Janduy Ferreira (União Brasil) e Saulo Noronha (MDB).

O vereador Marinaldo Cardoso (Republicanos) encerrou os trabalhos convidando os parlamentares para a sessão ordinária desta quinta-feira (9), a ser realizada em formato híbrido, a partir das 9h30.

DIVICOM/CMCG